

Artigo de Pesquisa

**AS PREMISSAS CONTRADITÓRIAS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO
E A RETERRITORIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA
COMUNIDADE TRADICIONAL DO IRATAPURU/AP****The contradictory premises of deterritorialization and reterritorialization: a
case study in the traditional community of Iratapuru/AP**

Karoline Fernandes Siqueira Campos¹, Marcelo Rodrigues Mendonça², Vinícius Batista Campos³,
Paulo Lucas Cândido de Farias⁴

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Princesa Isabel, Brasil.
karoline.campos@ifpb.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3587-8553>

² Universidade Federal de Goiás, IESA, Goiânia, Brasil. ufgmendonca@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1653-0965>

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Princesa Isabel, Brasil.
vinicius.campos@ifpb.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1754-340X>

⁴ Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciências Geográficas, Recife, Brasil.
paulolucas0407@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-6729-6780>

Recebido em 06/04/2022 e aceito em 29/09/2022

RESUMO: O território da Comunidade Tradicional do Iratapuru/Amapá foi impactado com a implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, transformando não apenas estruturalmente as moradias, mas criando efeitos duradouros na identidade dos seus lares, que gerou a perda da identidade territorial. O presente estudo visa por meio dos olhares dos moradores - relatos vividos - elucidar a perspectiva do antes e o depois. Nesta perspectiva foram utilizados os preceitos metodológicos com base na revisão de literatura, ampliando a discussão da problemática em questão, e de modo qualitativo usar as entrevistas e conversas semiestruturadas para melhor compreender a realidade dos envolvidos. Diante da narrativa dialogada, apresentará quais alterações e dinâmicas foram diagnosticados, bem como o novo estilo de vida, com implicações sociais, as quais não apresentaram melhoras significativas na vida dos povos locais.

Palavras-chave: Efeitos territoriais; Iratapuru; Laranjal do Jari/AP.

ABSTRACT: The territory of the Traditional Community of Iratapuru, Amapá State, Brazil was impacted with the implantation of the Santo Antônio Hydroelectric Power Plant, transforming not only the houses structurally, but creating lasting effects on the identity of their homes, which generated the loss of territorial identity. The present study aims to elucidate the perspective of before and after, through the perspectives of the residents - lived reports -. In this perspective, methodological precepts

based on literature review were used, expanding the discussion of the problem in question, and qualitatively using interviews and semi-structured conversations to better understand the reality of those involved. In view of the dialogued narrative, it will present which changes and dynamics were diagnosed, as well as the new lifestyle, with social implications, which did not present significant improvements in the lives of local peoples.

Keywords: Territorial effects; Iratapuru; Laranjal do Jari/AP.

INTRODUÇÃO

A área de estudo está situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru - RDSI, uma Unidade de Conservação (UC) estadual criada pela Lei Estadual nº 392, de 11 de dezembro de 1997, com uma extensão oficial de 806.184 ha, correspondentes a 6.174,80 km²; estende-se pelos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Pedra Branca do Amapari, sendo administrada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA (BARBOSA, 2001), conforme é apresentado na figura 1.

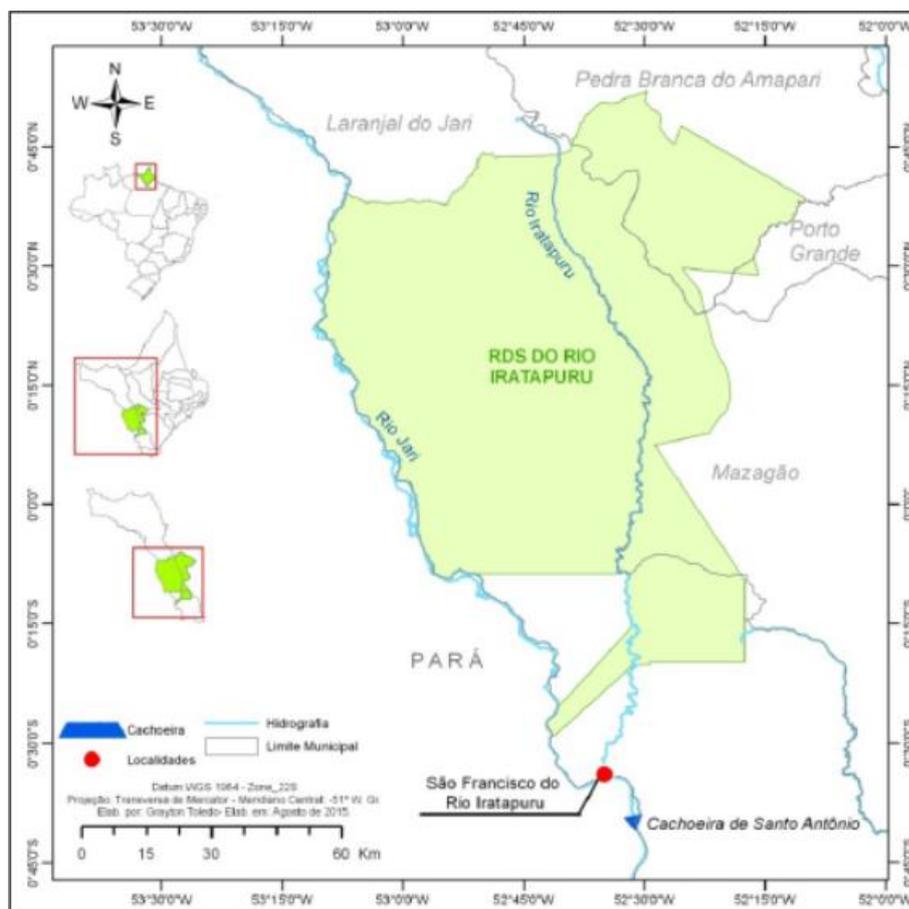


Figura 1. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru/AP. **Fonte:** Arquivo do SEMA, 2003.

Essa área passou por uma transformação significativa com a implantação da Usina Hidroelétrica – UHE de Santo Antônio do Jari. Empreendimentos hidroelétricos desse tipo afetaram a Comunidade Tradicional do Iratapuru/AP com transformações estruturais, que antes eram localizadas as margens do rio, sendo realocados para uma outra área, trazendo implicações socioambientais na vida das pessoas, o que por sua vez, com a nova estrutura da comunidade as percepções espaciais, não seriam as mesmas no território antes ocupado. Com o surgimento da nova Vila de São Francisco do Iratapuru, os moradores, em especial aqueles mais antigos deixaram de ter o sentimento de lugar, pois as dinâmicas foram alteradas com a localização da nova vila, estrutura da vila e com o meio.

Como consequência, houve problemas essenciais de uso comum com os elementos da natureza como a água e o solo. O que resultou o sentido de espaços voltados para o lucro imediato da usina, no qual se faz o uso do discurso de desenvolvimento sustentável. E desencadeou no processo de desterritorialização e reterritorialização, de modo mais sutil e com enormes perdas socioambientais para a comunidade.

Nessa perspectiva, o presente estudo visa apresentar, através da contextualização da literatura os relatos vividos dos moradores, com a perspectiva de ver o antes e o depois da Comunidade Tradicional do Iratapuru/AP, após a implantação da UHE de Santo Antônio do Jari. Para isso, os preceitos metodológicos se desenvolveram a partir de uma revisão literatura para discutir a problemática em questão, e de modo qualitativo se fez uso de entrevista e conversas semiestruturadas com moradores, para melhor compreender a realidade, que se encontra a comunidade.

DO CONCEITO DE TERRITÓRIO A PROBLEMÁTICA SOBRE A DESTERRITORIALIZAÇÃO E A RETERRITORIALIZAÇÃO

O termo território atualmente está intimamente relacionado às formas de territorialização, por isso são várias as suas caracterizações: territórios em rede, territórios flexíveis, territórios descontínuos (HAESBAERT, 1997). A partir da década de 1970, o controle simbólico e não simbólico de um espaço, de determinadas áreas, passou a ser chamado de território (RITTER, 2011). Território também é associado a um Estado, que é a instituição legal e moral que justifica a sua defesa e a conquista de novos territórios (PERICO, 2009). Para Haesbaert (2004), o território é construído a partir de ações e formas de uso da natureza, ou seja, pela história.

Essa ideia está ancorada em Raffestin (1993) já tinha afirmado que o território se forma do e no lugar de que os sujeitos se apropriam (material e/ou simbolicamente) da natureza, por um processo denominado de territorialização e humanização do espaço, o que resulta na reorganização espacial e na criação de novas relações. Santos (2006) contribui, ainda, ao afirmar que o território é um lugar onde desembocam todas as ações, paixões, poderes, forças e fraquezas, onde se desenvolvem todas as relações sociais, afetivas, de trabalho e a existência humana.

Raffestin (1993, p. 144) define o conceito como: “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (criador de um programa). Ao se apropriar das palavras de Souza (1995, p.78), o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” e a partir dessa perspectiva, fica evidente a necessidade de analisar quem domina tais espaços.

A territorialidade, enquanto as qualidades que são inerentes a territórios podem ser ativadas ou desativadas na criação de territórios sobre um substrato territorial anterior. Quem controla pessoas e recursos do território controla o território. Dessa forma, [...] “a territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social” (SACK, 2013, p. 63). Ou seja, é uma forma de apreensão e representação de lugares sejam controlados e usados por determinados grupos/sujeitos, nos quais eventos espaciais atendem a objetivos políticos, econômicos ou culturais com formas de expressões sociais e culturais, que têm forte capacidade de marcar com símbolos e identidades e os modos de viver em determinados lugares (FUINI, 2014).

Tais processos remontam ao movimento do território e sua dinâmica formulam dimensões simbólica como a territorialidade. Nessa perspectiva, Souza (1995) destaca que:

A territorialidade, no singular, remeteria a algo exatamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é [...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial [...] certo tipo de interação entre o homem e o espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre os seres humanos mediatizada pelo espaço. (SOUZA, 1995, p. 99).

O livre acesso ao território de outrem pode ser mais ou menos restrita, mais material e/ou mais simbólico. Os sujeitos de um território marcam os limites entre o “nós” e os “outros”. Portanto, um território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros de uma coletividade ou comunidade) e os outros (SOUZA, 1995).

As reflexões sobre território, e territorialidade na leitura geográfica dos fenômenos desvelam suas especificidades e singularidades, promovem compreensão das relações simbólicas, materiais e imateriais estabelecidas no processo de produção da existência, mostram o empoderamento dos sujeitos (nós) e dos outros.

Na análise dos fenômenos no território, Frei (2017) afirma que parte significativa dos trabalhos acadêmicos, monografias, dissertações e teses, se dedica à análise das consequências de um determinado processo, fenômeno e/ou acontecimento e quase sempre, senão sempre, prefere utilizar os termos efeitos) ou impactos. Ao se dar o termo implicações, neste trabalho, quer-se criar a ideia de que, como a territorialidade é dinâmica, os processos fenômenos ou acontecimentos que ocorrem num determinado território, sendo também dinâmicos, continuaram agindo ali mesmo depois de concluídos quaisquer estudos.

Assim, a partir dos fenômenos que acontece em um determinado território, as divergências e as convergências do novo e do velho territórios são marcadas pela desterritorialização e reterritorialização. Desse modo, vale ressaltar como as dinâmicas territoriais foram responsáveis pela transformação, não apenas da ineficiente infraestrutura das novas moradias que, por si só, já são empecilhos à qualidade de vida dos moradores, em virtude das estruturas dos pensamentos modernos, como um acultramento ao desconhecido, o que leva a um desequilíbrio na organização social e gerando incertezas sobre o futuro da vida na Vila nova da comunidade.

De certo modo, na sociedade, a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, é um fundamento mínimo da reprodução física cotidiana (HAESBAERT, 2004). Logo, já esboçadas as dimensões entre os territórios – o implantado pela Usina Hidroelétrica – UHE (nova Vila) e o sagrado (antiga Vila) –, podemos antever que as dinâmicas estruturais, materiais e imateriais seguem direções germinadas para alguns dos entrevistados sem nenhuma lógica aparente. Entretanto, seguem, a priori, a preponderância da heterogeneidade, não sendo mais dois territórios e, sim, apenas um, com a ideia do passado e do presente, para que pudéssemos avaliar as implicações dessa desterritorialização nas identidades e novos apreços, seja pela tecnologia, ou pela modernidade implantada no interior da floresta.

Não há novo território sem a saída do velho território, isto significa que, a desterritorialização leva os sujeitos a se reterritorializarem em outra parte (DELEUZE, 1988). Esse movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente pela ação dos sistemas maquímicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais dos sujeitos (GUATTARI E ROLNIK, 1996).

Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais, constituídos pelos novos proprietários, também possuem documento de uso do território e de caráter morfológico da paisagem (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instaurando-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam (VAINER, 2008). Esse desconexo territorial, tido como imposto e recriado, materializa as realidades geográficas com e sem estereótipos, direcionados aos desdobramentos do que é verdadeiro e não utópico, dos contrapontos e contraditórios, das ações e reflexões, valorizando o conhecimento empírico e acadêmico em uma realidade social vivida.

Para tanto, a população atingida é obrigada a restabelecer as suas relações sociais; e não é apenas isso! É-lhes retirado o necessário à sobrevivência destes: “terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política” (MARTINS, 1993, p. 63). As colocações recentes, as observações diretas e a interpretação da imersão no território (sem fronteiras e delimitações), por meio dos casos contados em performatividades baseadas na história de vida dos sujeitos, ultrapassaram o senso comum da prática do trabalho de campo, dando-nos condições de enxergar a realidade do olhar, do escutar, do cotidiano, das labutas, dos encontros, reencontros e desencontros, da participação efetiva e afetiva,

possibilitando-nos o reconhecimento dos pormenores e das mensagens subliminares.

Dessa forma, “os territórios perdem as fronteiras, mudam de tamanho dependendo do domínio tecnológico de um grupo ou de uma nação, e mudam, conseqüentemente, sua configuração geográfica” (SPOSITO, 2004, p. 114). O sentimento de pertença e o comprometimento em tratar sobre o que os incomodava é evidente, uma vez que os importunava e, principalmente, o que os distanciavam do antigo território. Na busca de superar as generalizações do primeiro contato (a primeira impressão), lapidando as falas improvisadas, observando as dinâmicas investigadas em dois momentos, um de perto e com sentimento de pertença ao território e, em outro, como expectador que, de longe, amplia a visão por desvendar o simbólico sem juízos de valor, e, assim, juntar o conhecer e o conviver com a ciência geográfica.

No novo espaço social do novo território, tão perto do velho, que não existe mais, a maioria dos moradores passaram a se sentir “estranhos no seu próprio ninho” em decorrência dos conflitos de poder, a destruição simbólica da desconstrução da identidade. Nessa situação, há que também se reconstruir a identidade. Castells (2008) entende que o processo de construção de identidade, é uma reconstrução, que deve considerar o caráter histórico, contextual e relacional, compreendendo o quê e para que tudo acontece.

Segundo os moradores 01 e 02, busca-se entender o novo território, mas o velho ainda existe, está “impregnado” na identidade. Para eles

um bem que é nosso! (...) Eu não me lembro o dia que eles me perguntaram aonde eu queria viver. [...] Eu sou o primeiro morador. Moro aqui desde 1988, e tudo o que eu queria hoje é voltar para o meu lugar. Lá eu era muito feliz e hoje choro de saudade.

Nesse sentido, as implicações territoriais da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari não atingem apenas o lado visível, o lado imediatamente perceptível e mensurável da vida.

Assim, nos processos de territorialização e desterritorialização pode existir a perda da identidade e dos sentimentos (referenciais) com o novo. Nessa perspectiva, Haesbaert (2005) aponta que, as perdas de seus referenciais espaciais ocasionam um desenraizamento, uma desestruturação da comunidade e da família, bem como o esfacelamento da identidade individual e coletiva dos sujeitos. Essas representações identitárias foram negadas pela empresa que, ao desconsiderar a organização espacial dos vizinhos e familiares, rompeu com a dinâmica cotidiana dos moradores e recriou situações discordantes, sejam por pedaços de terra ou por novos problemas, como a poluição sonora pela disposição das moradias, violando o sossego, e a proposta de uma vida melhor.

O morador 06 mostrou bem essa situação, quando afirmou: “Está muito difícil gerir o conflito por terra (nos castanhais e na vila) e a cada dia vai diminuindo a harmonia estamos em tempos de crise e de distanciamento do que é nosso.”

Fica evidente, nos casos de desterritorialização, a exclusão social vinculada, indissociavelmente, as implicações e as dinâmicas, em maior ou menor intensidade, uma vez que estão dilacerados dos espaços, subordinados aos poderes políticos e condicionados (quando não direcionados) à reformulação de muitas estratégias identitárias (HAESBAERT, 2003). Essas manifestações, em diversas esferas, significam que o deslocamento das famílias alterou acentuadamente as condições de isolamento e de estranhamento dos indivíduos, das famílias, dos grupos e das classes que, descontentes com a situação e com a empresa, tendenciaram a sair do território, o que, inclusive, causou implicações na perda das lembranças, da memória de uma vida que para eles já não existe mais.

Neste sentido, Azevedo (2002, p. 67) aponta que:

[...] são identificados como impactos sociais o deslocamento forçado de populações, a perda de cultura e atividades tradicionais, o surgimento de doenças provocadas pelo aumento de populações de vetores, distúrbios sociais decorrentes do grande fluxo de trabalhadores que, durante curto período de tempo, trabalham nas obras de engenharia ou em razão do estabelecimento de novas populações nas áreas modificadas (não submersas), acarretando aumento de taxas de alcoolismo, prostituição, violência e perda de valores culturais e religiosos, além da perda do patrimônio cultural, especialmente sítios históricos, arqueológicos, paleontológicos e religiosos, comumente encontrados às margens de rios e que são submersos ou destruídos pela construção.

A territorialização da hidrelétrica gerou insegurança, em todos os sentidos, o que fez com que os sujeitos, não entendessem o significado e o sentido do que foram, do que eram, do que são e do que serão. Conforme Holzer (1997), o homem, como sujeito, reflete sobre o mundo sensível e interpreta suas experiências, com ações e reações, e por meio de lembranças coletivas e mecanismos colaborativos, transforma o que o incomoda para tomar controle de sua vida e de seu território. Assim, é possível sim, retomar o controle de sua vida e de seu território num processo coletivo de reafirmação identitária, de (Re)Existência.

Nesse sentido, os moradores do Iratapuru buscam, estratégias como a permanência de ritos e festas para não se desvirtuarem de suas trajetórias e, assim, encontrarem mecanismos em auto reafirmação, como pertencentes a um lugar – mas não qualquer lugar, o seu lugar¹ –, em que possam resgatar suas raízes e, então, (Re)Existirem às transformações impostas. Para eles, a página foi virada ainda em 2018, e pretendem, em suas ações coletivas, escrever uma nova etapa desta história de transformações no território e na construção de novas territorialidades.

A identidade é percebida, sobretudo, quando grupos sociais que se encontram em condições desvalorizadas constroem uma resistência baseada nos próprios ideais e princípios, sendo capazes de construir uma nova realidade, redefinindo seu papel na

1 O lugar é visto como o locus do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui. A palavra lugar advém do latim *locális*, de locus que designa “espaço ocupado, localidade, posição” (Souza, 2013).

sociedade (CASTELLS, 2008; CRUZ, 2008). Para a moradora D. L.: “A gente vai ter que resistir! Já cedemos demais saindo das nossas casas para atender a esse projeto, que dizem que é progresso e melhoria, mas na realidade só destrói o que era bom”.

Nesta última fala, vários elementos são demonstrados sobre o território e os elos materiais e imateriais do antigo abrigo, permitindo-nos admitir que a desterritorialização das famílias desrespeitou os direitos dos moradores e descaracterizou as tradições, assim como com os elos com aquilo que eles consideravam como bom.

Os moradores 01, 02, 03 e 04, frisaram que o antigo território foi herança de seus pais ou avós, de quando ainda eram jovens. Desta maneira, as mudanças que ocorreram nos fizeram perceber que somos ligados a tudo que vivemos, somos “Beradeiros”. Essa expressão segundo Ribeiro (1995) corresponde ao modo de vida do povo da floresta, que mora as margens do rio, mesmo que os outros não entendam o que é isso: nosso modo de viver é esse ao lado rio (Figura 2).



Figura 2. Modo de vida dos sujeitos - viver às margens do rio. **Fonte:** Arquivo da COMARU (2017)

Segundo essa interpretação, Bosi (1994, p. 44) relaciona os discursos como um caminho refeito pela memória ao passado, sendo como mecanismo contínuo relacionando “ação e reação sobre o ambiente” social em que viveu até a chegada à terra que está sendo forçada a deixar. Em uma balança sobre as implicações negativas e positivas, quase sempre tende, desfavoravelmente, para o sujeito local, o atingido, por mais estruturados que pareçam ser os programas de compensação de implantação dessas usinas, sempre desconsideram os direitos dos indivíduos pela imposição de que necessitam dos recursos hídricos dos rios para gerarem energia elétrica.

Explicitamente, a construção da (Re)Existência na Comunidade Tradicional do Iratapuru ocorreu pela memória da importância e da lembrança do antigo (passado),

bem como pelas dificuldades, limitações, abandono, descaso e restrições que os moradores vieram a enfrentar.

(RE)EXISTINDO ENTRE DOIS TERRITÓRIOS PARA ENCONTRAR O LUGAR NA COMUNIDADE TRADICIONAL DE IRATAPURU

A pergunta para o morador 03: “qual sua expectativa daqui para frente, o que o senhor pretende fazer para o futuro?”. A resposta: “Essa pergunta, sinceramente, é difícil. Hoje, eu vivo entre o lá e cá: me refiro a essa angústia da antiga vila e dessas novas casas, não sei realmente o que será da comunidade, já pensei em vender tudo e ir embora, mas eu não vou fazer isso, não!”

É muito difícil a população afetada manter seus modos de vida, uma vez que o tempo do presente tende a se diferenciar do passado e do futuro e, por conseguinte, questionam-se muitos aspectos: temporais, físicas e comparativas, as diferenças substanciais, as negligências, o poder, as omissões, as produções e reproduções, o que se perde e o quanto se ganha – se é que existem ganhos. Essas incertezas são, para os moradores, uma tormenta, e desistir ainda é uma possibilidade. Assim, Santos (2008, p. 29) defende “que estamos sob a determinação de um ‘tempo despótico’, hegemônico, ‘responsável’ por temporalidades hierárquicas, conflitantes, mas convergentes. O tempo do capital globalizado, capaz de impor-se aos demais, modificar estruturas, reordenar territórios e promover novas dinâmicas socio territoriais”.

Nesse caso, as temporalidades entre os territórios estão associadas a visão de mundo, as práticas, as relações com a natureza e ao modo de vida, além de como experimentam a vivência e se identificam com as ditas estruturas. Grosso modo, é a forma como viveram o passado, como vivem o presente e como se veem vivendo o futuro, não associado ao tempo, mas ao valor dado a cada etapa e às formas de poder que possuem em cada uma delas.

Segundo Neves (1996, p. 271), os territórios “são espaços de ação e de poderes. Os territórios contemporâneos têm diferentes inserções na globalidade que é historicamente fragmentada”. Sendo assim, percebe-se que há uma ligação entre território e poder, mas também é perceptível a ideia de apropriação do território, sendo que é esta apropriação que transforma o território, recriando-o. Assim, em síntese das pesquisas realizadas em campo, o Quadro 01 que compara os dois territórios, no qual evidencia o antes e o depois da implementação da UHE no território da Comunidade Tradicional do Iratapuru.

Quadro 1. Territórios diferentes: territorialidade conhecida pode levar à ação.

Território 01 – Antes da UHE	Território 02 – Depois da UHE
Vila – casas às margens do rio Iratapuru	Vila – casas construídas pela Empresa longe do rio
Ausência de sistema de captação e tratamento de água	Sistema de captação e tratamento de água sem funcionamento. Moradores estão sem água em suas casas
Ausência do fornecimento de energia	Sistema fotovoltaico sem funcionamento, moradores continuam sem energia e tiveram prejuízos com aquisição de aparelhos, como parabólicas, televisores e geladeiras
Realização de festas tradicionais e eventos religiosos ligados à Igreja Católica	Introdução de outras ideologias religiosas, como o Protestantismo, o que faz surgir conflitos identitários.
Sem problemas com rachaduras nas moradias, entupimentos de pias e vasos sanitários	Presença de rachaduras nas novas casas, inutilidade de banheiros e pias das cozinhas por problemas sérios com entupimento e mau odor, o que prejudica o bem-estar dos moradores em suas próprias casas.
Ausência de saneamento básico	Sistema de fossas sem funcionamento, transbordando nos quintais e trazendo doenças para os moradores.
Sem posto de saúde	Posto de saúde que não tem medicamentos, nem médico.
Ausência de coleta de lixo	A proposta de gestão de resíduos não foi colocada em prática e o “lixo” é queimado ou descartado na floresta em buracos improvisados pela comunidade.
Escola era para ensino fundamental, mas o ensino era deficitário pela falta	Reforma da escola, mas continua sem a oferta do Ensino Médio e Técnico, proposta da empresa e da SEMA, ainda com mais complicações, pois o número de professores diminuiu, obrigando os jovens a

Território 01 – Antes da UHE	Território 02 – Depois da UHE
de professores e infraestrutura	saírem da comunidade para estudar.
Porto Sabão para o transporte de pessoas e da castanha Caminhão para escoamento da matéria prima	A inundação do Porto Sabão, encareceu o transporte, pois as distâncias se tornaram maiores e o transporte mais perigoso pelo curso d'água. O acesso é realizado por uma propriedade privada da empresa, que não o autoriza; quem faz isso pode ser considerado, invasor; ausência do caminhão para escoar a matéria prima;
Conforto térmico pela presença próxima de árvores e do rio sob as palafitas	Ausência de conforto térmico (ficou muito quente nas novas casas)
Proximidade com o rio – manutenção da relação	Distância do rio, dificuldade para abastecer suas casas para uso nas atividades domésticas e de higiene pessoal.
Sossego	Poluição sonora e muitos conflitos com os vizinhos, pela distância de menos de 2 metros entre uma casa e outra.
Prática da pesca	Ausência de peixes, que desapareceram depois da inundação.
Presença das matas ciliares e nativas	Desmatamento e falta de preservação das matas ciliares e nativas remanescentes.
Todos possuíam casas na beira do rio – antiga vila	Moradores que não foram contemplados com as novas casas, passaram a viver em famílias com mais de 12 pessoas e o espaço (infraestrutura) não comporta.
Extrativismo da castanha	Inundação de áreas da extração da castanha; trajeto mais perigoso e transporte mais caro; Dificuldade de alojamento nos castanhais, uma vez que os igarapés que davam suporte estão secos; nos anos de 2015 e 2016 a Cooperativa não conseguiu cumprir o contrato com a empresa de cosméticos pela falta de castanha; a castanha ficou mais cara e a Cooperativa não conseguiu comprar; a venda foi feita para os

Território 01 – Antes da UHE	Território 02 – Depois da UHE
	atravessadores;
Trabalhos informais, extrativismo, pesca, agricultura e Cooperativa	Trabalhos informais de curta duração na Empresa; muitos pararam de extrair e beneficiar a castanha e, até hoje, alguns não receberam os benefícios da empresa (como férias); a pesca não pode ser mais uma forma de sustento e muitos quintais que serviam para agricultura ou não existem mais ou foram inundados;
Campo de futebol (momento de interação e lazer)	Inundação do campo de futebol, com diminuição de momentos em grupo na comunidade.
Instalações ainda pequenas e sem maquinário na COMARU	Aquisição de maquinário para o beneficiamento da castanha e que, sem energia, ficou mais cara a produção, pois a Cooperativa arca com o óleo para a produção e como é um gerador, atende em horários fixados pela comunidade, geralmente de 7h às 10h da manhã, quando tem produção; a construção da nova sede aumentou o barulho para os moradores que precisam conviver com os ruídos.
Poucas possibilidades de crescimento econômico e desenvolvimento local	Diminuição das possibilidades de crescimento econômico e desenvolvimento local pela falta de oportunidades de emprego e o aumento do custo de vida; importante destacar que muitos moradores investiram em comércios para atender a obra e no seu término só tiveram prejuízos;
Qualidade de vida	Ausência de qualidade de vida pelos diversos problemas que surgiram, bem como pelo descaso da empresa, comprometendo a saúde e o bem-estar dos moradores.

Fonte: Fonte: Adaptado da EPE 2000 e 2008 – Autores, 2019.

Entre os dois (ou mais) territórios, cadê o lugar dos sujeitos? Durante as entrevistas e as observações informais junto as pessoas afetadas pela construção da UHE de Santo Antônio do Jari tornou-se recorrente o choro, quando se lembravam de suas vidas antes da UHE e de como tudo mudou; para elas, a hidrelétrica ia se erguendo e suas vidas (modos de vidas) iam se desmoronando. Foram longas pausas, com mãos nos olhos enxugando as lágrimas, se recompondo da dor (física e emocional) pela perda do lugar. Essa situação afetou, sem dúvida, os mais velhos com maior intensidade.

O morador 01 afirmou:

[...] Eu não estou acostumado e nunca vou me acostumar. Sinto falta da minha vida, quero voltar para o Iratapuru. Fui retirado do lugar e isso alterou profundamente minha vida e das pessoas da vila. Nossos sentimentos estão confusos, sinto saudade, tristeza, angústia, dúvidas sobre o que está por vir e a incerteza nos deixa fracos, vulneráveis e sem identidade com o novo.

No território, o cotidiano da vida, é o espaço social-individual e coletivo, é a base física das relações é o suporte que valoriza o passado e torna seguro o futuro. Lugar e território não são a mesma coisa, mas são intercambiáveis e se complementam, conforme é apresentado na figura 3.



Figura 3. Territórios Híbridos da Comunidade Tradicional do Iratapuru. **Fonte:** Arquivo da COMARU (2017).

No reordenamento do(s) território(s), no contexto da temporalidade hierárquica o velho lugar foi caracterizado como inútil pelos sujeitos intrusos e o novo lugar foi imposto, por isso, não é reconhecido (SANTOS, 2008). Ele não será dos velhos sujeitos até que eles possam lhe imprimir valores e significados identitários.

Em conformidade com Holzer (1997), a familiaridade com o lugar depende das suas qualidades físicas e das mudanças que as gerações humanas lhe atribuem. A familiaridade com o lugar, a aceitação do novo território, vai sendo criada junto com as ações de (Re)Existência.

A criação de perspectivas, a união e o zelo de uns pelos outros geram e regeneram, o sentimento de pertencimento e renovação, como ensina o morador 05:

[...] As ofertas de empregos foram inferiores ao que havia sido prometido e a remuneração não foi adequada. Perderem direitos como férias, décimo terceiro salário e, ainda hoje, tem ações na justiça para reavê-los. Mas a Cooperativa vai ajudar com novos postos de trabalho e com a valorização do preço da castanha, para que possamos crescer juntos e ter mais qualidade de vida. Isso será a demonstração de que estamos resistindo e renascendo em meio a tantas coisas ruins.

Portanto, o lugar encontra-se onde se dá a reprodução da vida, ou seja, quando o sujeito retoma o controle de sua vida ele acha o seu lugar e a partir dele institui seu território. Paraphraseando Santos (2005), o mundo oferece as possibilidades e o lugar as ocasiões. Encontrado o lugar, ou reencontrado, percebe-se as ocasiões de continuar produzindo sua história e um território de vida para si e para as próximas gerações.

Nesses territórios de vida, embora se esteja vivendo um tempo despótico, as temporalidades podem ser convergentes ou (Re)Existindo-se pode-se fazê-las convergir, preservando a identidade, o modo de vida, os recursos naturais (SANTOS, 2008) (figura 4).



Figura 4. Beneficiamento da castanha na COMARU **Fonte:** Arquivo da COMARU (2017).

O mundo oferece as possibilidades, mas também pode trazer as perdas (SANTOS, 2008). Para a moradora 6:

[...] Quando os trabalhadores da empresa chegaram, inclusive os engenheiros – o alto escalão, muitas crianças (meninas menores de idade), tiveram envolvimento sexual e afetivo com ou sem consentimento de seus pais, e dessas relações temporárias e sem prevenção surgiu pelo menos 4 casos de transmissão de doenças e 3 meninas ficaram grávidas. E os engenheiros desapareceram, e para a comunidade ficaram os filhos e o tratamento das crianças.

O morador 02 esclarece.

[...] Choro sempre que lembro da gente reunido no campo de futebol, nas festas tradicionais, nas reuniões da Cooperativa e da associação, nos eventos religiosos, nas audiências públicas para brigar pelo o que é nosso de direito. Nada é mais o mesmo... esses momentos não aconteceram em 2016 e 2017, pela não adesão da maioria dos moradores, que estavam preocupados com outras questões.

A este respeito, Bauman (2005, p. 35) afirma que:

[...] durante grande parte da história, a desintegração das comunidades se deu pelo aumento das trocas capitalistas e nesta prática a identidade é vista como um problema. Por isso que os empreendimentos não têm como meta em seus instrumentos legais (documentos), pautas que tratem da introdução imaterial (costumes, modos de vida, tradição), conjuntamente com as novas construções.

As formas de (Re)Existência preservam e redescobrem a identidade e trazem a imaterialidade de volta “costumes, modo de vida, tradição” (BAUMAN, 2005). E se a imaterialidade é um problema para o capitalismo, usá-la é o melhor meio de diminuir suas implicações territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas vestidas de campo e relatos dos moradores, percebe-se que a implementação da UHE de Santo Antônio do Jari, trouxe implicações na vida daqueles que viviam na Comunidade de São Francisco do Iratapuru. Esses problemas resultaram na alteração do modo de vida de das tradições, que por sua vez a ocasionou dano a percepção espacial, na relação entre a velha e a nova Vila.

Para atender melhor a atual dinâmica da comunidade, reivindicações são necessárias, amenizar os impactos sofridos por essa população, a partir de medidas compensatórias, juntos aos órgãos competentes, pactuando com as demandas no

sentido físicos, quanto identitário dos moradores locais. Contudo, é certo que a UHE de Santo Antônio do Jari, um Grande Projeto de Investimento, causou sérias implicações na Comunidade Tradicional do Iratapuru com o único objetivo de acumular riquezas; porém, encontrar o lugar entre os territórios e as territorialidades é a motivação diária dos moradores está sendo por eles encontrado nas lutas cotidianas.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa não foi financiada por nenhuma instituição de fomento. Agradecemos à Comunidade do Iratapuru - os protagonistas - do artigo que contribuíram com a documentação literária e acadêmica, visando criar história inédita da transformação e efeitos ocasionados pelo processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Concepção: Karoline Campos e Marcelo Mendonça. **Metodologia:** Karoline Campos, Marcelo Mendonça e Vinícius Campos. **Análise formal:** Karoline Campos, Paulo Farias e Marcelo Mendonça. **Pesquisa:** Karoline Campos, Marcelo Mendonça e Vinícius Campos. **Recursos:** Karoline Campos, Paulo Farias, Marcelo Mendonça e Vinícius Campos. **Preparação de dados:** Karoline Campos, Marcelo Mendonça e Vinícius Campos. **Escrita do artigo:** Karoline Campos, Paulo Farias, Marcelo Mendonça e Vinícius Campos. **Revisão:** Karoline Campos, Paulo Farias, Marcelo Mendonça e Vinícius Campos. **Supervisão:** Karoline Campos. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, R. F. de. A questão legal e ambiental das barragens 'free the rivers and the minds will follow'. In: FREITAS, V. P. de (coord.). **Direito ambiental em evolução**. Curitiba: Juruá, 2002.

BARBOSA, L. R. **Conservação da biodiversidade e gestão participativa na Amazônia:** o caso da Reserva Sustentável do Rio Iratapuru (Amapá, Brasil). Relatório de Pesquisa. Paris: Holos Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2001.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CRUZ, C. R. **Percepção e Territorialidade no Parque Itaimbé de Santa Maria/RS**. Santa Maria: 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREI, V. **No país do mano Muça, eu sou carvão**: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. 2017. 412 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO, 2017.

FUINI, L. L. Territórios e territorialidades da música: uma representação de cotidianos e lugares. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 97-112, 2014.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografia do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 29, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, Universidade de São Paulo, 20 a 26, mar., 2005. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996. p. 270-282.

PERICO, R. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S.A., 1993. 269 p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. 2. ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

RITTER, C. Reflexões Epistemológicas sobre os Territórios de Identidade. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 95-109, jun. 2011.

SACK, R. D. O significado da territorialidade. In: DIAS, L. C. *et al.* (Orgs.) **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. A. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p 165-205.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

VAINER, C. B. **Águas para a vida, não para a morte**. Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br>. Acesso em: 15 set. 2014.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0